

Comissões votam hoje projeto que reformula a Previdência

CAS e CCJ apreciam os pareceres dos relatores para a proposta do Executivo que muda fórmula para pagamento dos aposentados e pensionistas do setor privado. Um dos itens mais polêmicos é a criação do "fator previdenciário"



Senadores Osmar Dias e Heloísa Helena ouvem os argumentos do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas (E), durante a audiência pública da CAS ontem

O projeto de lei que modifica o cálculo para os benefícios pagos pela Previdência Social privada será votado hoje de manhã pelas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. A proposta cria o "fator previdenciário", pelo qual os segurados que contribuírem durante mais tempo (retardando a aposentadoria) poderão fazer jus a benefícios maiores. O ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, participou ontem de audiência pública promovida pela CAS, quando afirmou que o projeto do governo, se aprovado, irá "corrigir injustiças" e estabilizará o déficit do INSS, que chegará a R\$ 9,3 bilhões neste ano.

PÁGINA 5



Suassuna preside reunião da CAE que facilitou tomada de empréstimos por parte dos estados e municípios

CAE APROVA SIMPLIFICAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

PÁGINA 6

Conflito por terras causa preocupação

PÁGINA 7

Acatado relatório sobre o TRT-PB

Foi aprovado ontem por unanimidade o relatório da CPI do Judiciário relativo às denúncias de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. O texto recomenda que o Ministério Público investigue os casos com maior profundidade.

PÁGINA 4

Senadores Paulo Souto (E), relator, e Carlos Wilson, vice-presidente



Senado vota combate a desigualdades regionais

Projeto de lei do senador Ronaldo Cunha Lima estipula regras para enquadrar estados e municípios em programas de integração regional

O plenário vota hoje projeto de lei do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que regulamenta dispositivo constitucional acerca da política de combate às desigualdades regionais. A matéria estabelece critérios para enquadramento de estados e municípios em programas de integração regional.

De acordo com o projeto, poderão ser objeto de tais programas as localidades que apresentem indicadores econômicos e sociais menores que as médias nacionais e, ainda, que tenham condições geoeconômicas semelhantes. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo recebido parecer favorável do senador Freitas Neto (PFL-PI).

Os senadores deliberam ainda sobre projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que determina que os recursos pertinentes às transferências constitucionais para o Distrito Federal, vinculados ao custeio de determinados serviços públicos, sejam computados uma única vez, não podendo ser também considerados gastos do governo local.

Também está na pauta do plenário a votação, em turno suplementar, de projeto que inclui o pedágio entre os serviços sujeitos à incidência do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). No mês passado, o plenário decidiu que a base de cálculo desse imposto será o preço cobrado aos usuários, proporcional à extensão da rodovia explorada.

Ainda na sessão de hoje, os parlamentares discutem substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias. Os senadores poderão oferecer emendas até o final dos cinco dias de discussão da proposta em primeiro turno. O plenário também delibera sobre decreto legislativo acerca do Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, além da renovação de concessões da Rádio Visão de Uberlândia Ltda., Rádio Clube de Mococa Ltda., Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. e Radiodifusão Assisense Ltda.



Afastado desde 30 de abril, após acidente vascular cerebral, Ronaldo Cunha Lima retorna e é saudado pelos colegas

Senadores dão boas-vindas a Ronaldo Cunha Lima

Os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo, e Ney Suassuna (PMDB-PB) saudaram ontem o retorno do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) às atividades parlamentares. Ronaldo reassumiu sua cadeira no Senado, de onde estava afastado desde o último dia 30 de abril, quando sofreu acidente vascular cerebral. Nesse período assumiu o suplente Silva Júnior.

Arruda destacou que Ronaldo con-

ta com a estima de todos os senadores, independentemente de partido, e retornou com a mesma inteligência, alegria e determinação. "Voltaremos a ter debates com as rimas que lhe são características", disse Arruda.

Ney Suassuna deu boas-vindas a Ronaldo Cunha Lima, ressaltando que a Paraíba está feliz. "Desejamos não só o retorno, mas queremos o completo restabelecimento do nosso companheiro".

Plenário relembra os 150 anos de Rui Barbosa

Atendendo a requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o Congresso realiza hoje, às 11h, no plenário do Senado, sessão solene em comemoração ao sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa. Patrono do Senado, Rui Barbosa nasceu no dia 5 de novembro de 1849 na Bahia.

A data do nascimento do ex-senador marca também a passagem do Dia da Cultura e da Ciência. Designados por Antonio Carlos Magalhães, serão oradores na sessão solene os senadores Artur da Távola (RJ) e Jefferson Péres (PSDB-AM). Designados pelo presidente da Câmara, Michel Temer, falarão os deputados Paes Landim e Maria Elvira.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h — Preside sessão solene em comemoração ao sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

11h — Sessão Solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa. Plenário do Senado

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à PEC nº 1/95, que institui novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias; *PLS nº 13/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PLS nº 156/99-Complementar, regulamenta o inciso I do parágrafo 1º do art. 43 da Constituição federal (redução de desigualdades regionais); substitutivo do Senado ao *PLC nº 11/99, que define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PDL nº 27/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); *PDL nº 75/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa (SP); *PDL nº 78/98, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha (MG); *PDL nº 99/98, que aprova o ato que renova a outorga deferida à Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis (RS); e *PDL nº 136/99, que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, *quorum* e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembleia Anual de Governadores, em Abidjan, Costa do Marfim.

COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PLS nº 155/99 — decisão terminativa, altera o artigo 4º da Lei nº 9.732/98; *PLS nº 258/99 — decisão terminativa, dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nºs 322/99 e 324/99 — decisão terminativa, acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; *PLS nº 434/99 — decisão terminativa, altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros; *PLS nº 494/99 — decisão terminativa, dispõe sobre o exercício da profissão de taxista; *Aviso nº 31/99, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 635/99, adotada pelo Tribunal de Contas da União na sessão ordinária do plenário de 15.9.99, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam (TC nº 014.640/97-0 e outros); *Aviso nº 5/99, encaminha ao Senado cópia das decisões nºs 545 e 546, de 1999, bem como dos respectivos relatórios e votos que as fundamentam, referentes, respectivamente, a auditorias operacionais realizadas nas administrações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) nos estados do Paraná, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia, e nas administrações do Serviço Social do Comércio (Sesc) nos estados do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Distrito Federal, Espírito Santo e Rio Grande do Norte; *Diversos nº 20/98, encaminha ao Congresso cópia da Decisão nº 512/99, bem como dos respectivos relatórios e voto que a fundamentam, referentes ao cumprimento, pela Caixa Econômica Federal, da Resolução CCFGTS nº 279/98 (alterada pela de nº 295/98, do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)); *PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; e *PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PEC nº 37/99, que cria o Conselho Nacional de Justiça; e *PLS nº 154/99, que dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação (CICs). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Seminário "Amazônia — Patrimônio Ameaçado?"

Temas: "As ONGs na Amazônia se afirmam como defensoras da unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional da região?" e "A comunidade internacional reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira?"

Palestrantes: senador Gilberto Mestrinho e o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Armadilha*, de Jon Amiel. *Auditório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Dinheiro de fundo do Banerj não pode pagar folha, diz Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) repudiou ontem a idéia de o governo do Rio de Janeiro utilizar os recursos do Instituto de Previdência do Banerj para pagar os servidores do estado. "É bom lembrar que, de acordo com a Resolução 61/97 desta Casa legislativa, esta conta tem destinação exclusiva para garantir os compromissos assumidos com os antigos participantes da Previ/Banerj", sustentou o parlamentar.



Para Cândido, idéia aventada pelo governo do Rio é "equivocada"

Geraldo Cândido explicou que os R\$ 2,5 bilhões que constituem esses recursos destinam-se exclusivamente a pagar aposentadorias e pensões dos inativos do banco privatizado pelo ex-governador Marcelo Alencar (PSDB). Definindo como "equivocada" a idéia do governo do Rio de Janeiro, ele afirmou que existe uma situação consolidada, que não pode ser ignorada só pela vontade de governantes.

Conforme o parlamentar, o funcionalismo do Banerj e suas entidades representativas estão vigilantes para preservar direitos legal e legitimamente adquiridos. Ele referiu-se também à

situação dos 800 funcionários da instituição que se encontram em disponibilidade. Disse que eles estão numa situação de emprego indefinida e, com a notícia de que a liquidação extrajudicial do banco será convertida em liquidação ordinária, em breve poderá ser solicitada a extinção do antigo Banerj.

"Como ficariam esses 800 chefes de família, que apenas querem o direito de trabalhar?", perguntou Geraldo Cândido. Ele disse aguardar resposta do Banco Central a requerimento de informações sobre a liquidação do Banerj e de sua caixa de previdência, referindo-se a essa privatização como "uma das maiores maracutaias que este país já viu".

Em seu discurso, o senador também referiu-se à invasão da Companhia Siderúrgica Nacional, ocorrida há 11 anos. Ele mencionou o ato de protesto realizado ontem em Volta Redonda contra a nomeação do general comandante da operação para ser ministro do Superior Tribunal Militar.



Com a decisão do plenário, será possível implementar um projeto estimado em US\$ 88 milhões

União é autorizada a contratar empréstimo de US\$ 44 milhões

Os recursos, do Banco Mundial, serão utilizados para melhorar a saúde e a qualidade das plantas e dos animais cultivados no país

O plenário do Senado aprovou ontem resolução autorizando o governo brasileiro a contrair empréstimo de US\$ 44 milhões junto ao Banco Mundial, para o financiamento parcial do Projeto de Promoção da Saúde dos Animais e das Plantas. O objetivo é aumentar a competitividade e a produtividade na área de saúde animal e vegetal, com o controle ou eliminação de doenças que acarretam barreiras comerciais contra a oferta de produtos brasileiros no exterior. A matéria agora vai à promulgação.

Relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) mencionou em seu relatório cálculos segundo os quais essa operação de crédito deverá trazer um custo efetivo equivalente a 6,26% ao ano, valor que ele considera favorável, quando comparado ao custo médio efetivo de 7,44% aplicado nos financiamentos contratados junto ao Bird. "Essa estimativa de custo é indicativa das condições financeiras favoráveis da operação de crédito pretendida", afirmou ele.

Em sua exposição de motivos, o governo afirma que o projeto, além de aprimorar o sistema de vigilância sanitária, demarca melhor as funções dos setores público e privado nas atividades relacionadas com a saúde dos animais e das plantas. De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do projeto foi estimado em US\$ 88 milhões, se incluídas as contrapartidas da União, dos estados participantes e dos beneficiários. Os estados receberão os recursos mediante financiamento a fundo perdido.

CCJ examina proposta de controle externo da Justiça

Além do projeto que institui o fator previdenciário, os senadores da CCJ analisam hoje, às 10h, parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Conselho Nacional de Justiça, para atuar como órgão de controle externo do judiciário. Apesar de considerar a proposta moralizadora, apresentará parecer pela rejeição por acreditar que ela fere a Constituição.

A PEC, de Roberto Requião (PMDB-PR), acrescenta parágrafo ao artigo 92 da Constituição, determinando que o conselho terá 20 membros, escolhidos entre representantes de órgãos e entidades legislativas, judiciais e acadêmicas. O autor acredita que sua iniciativa pode reparar "o desequilíbrio que privilegia o Judiciário, cuja fisca-

lização é realizada pelo seus próprios órgãos internos de correição". Péres entende que a proposta avança sobre pontos essenciais para a autonomia da Justiça, atingindo até mesmo garantias da magistratura. "O conselho em questão reveste-se da qualidade de um verdadeiro órgão de administração do Poder Judiciário", avalia.

A CCJ também examina na reunião parecer de Amir Landi (PMDB-RO), favorável a projeto de lei que versa sobre a criação de comissões de conciliação entre empregados e empregadores. Pela proposta, de Arlindo Porto (PTB-MG), essas comissões, que não teriam qualquer vínculo com o Judiciário, poderão opinar sobre conflitos trabalhistas, antes do envio do processo à Justiça do Trabalho.

Indicados vice-líderes do governo

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), enviou ofício à Mesa Diretora comunicando que os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Luiz Otávio (PPB-PA) e Moreira Mendes (PFL-RO) foram indicados para a vice-liderança do governo. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que as indicações serão agora publicadas para, em seguida, ter efeito.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1-A, de 1995 (nº 472-B/97, naquela Casa). Esperidião Amin e outros. Altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal, e dá outras providências. (Regulamenta a adoção de medidas provisórias).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em primeiro turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o terceiro dia de discussão, em primeiro turno.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1998 (nº 513/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório (RS), em onda média.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1998 (nº 546/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Pampa Bagé (RS).

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 1998 (nº 547/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Colúmbia Ltda., em Lorena (RS), em frequência modulada.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

5

Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1998 (nº 548/97, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Guararapes (SP), em onda média.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

6

Projeto de Resolução nº 100, de 1999 (Mensagem nº 136, de 1999). Comissão de Assuntos Econômicos. Autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, de principal, junto ao Banco Mundial.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Requerimento nº 634, de 1999. Osmar Dias. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 511 e 555, de 1999, por regularem a mesma matéria.

Resultado: Aprovado. Os PLS nºs 511 e 555/99 passam a tramitar em conjunto e retornam à CAS.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Aprovado relatório de Souto sobre irregularidades no TRT da Paraíba

Entre recomendações feitas pelo relator da comissão está a de que o Ministério Público investigue se o juiz Severino Marcondes Meira teria recebido dinheiro proveniente da aquisição de imóvel

A CPI do Judiciário aprovou ontem por unanimidade relatório apresentado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) referente às investigações sobre as denúncias de má utilização de recursos públicos, superfaturamento, nepotismo e outras irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba. Entre as recomendações apresentadas no documento, está a de que o Ministério Público investigue mais detalhadamente se o juiz Severino Marcondes Meira e seu filho Severino Marcondes Meira Filho teriam recebido dinheiro proveniente da aquisição de um imóvel pelo TRT-PB.

Paulo Souto lembrou que em 1995, quando Severino Marcondes presidia o TRT/PB e seu filho era o diretor administrativo, foi adquirido pelo tribunal, por R\$ 710 mil, um imóvel que posteriormente seria



A comissão acolheu por unanimidade as conclusões apresentadas pelo senador Paulo Souto



avaliado por R\$ 235 mil pela Caixa Econômica Federal, a pedido de uma sindicância do Tribunal Superior do Trabalho. Baseada na transferência dos sigilos bancário e fiscal do ex-proprietário do imóvel, Antonio Almério Marra, a CPI suspeita da existência de irregularidades na transação.

Além de pedir uma apuração mais

detalhada sobre o juiz Severino Marcondes e seu filho, o relatório de Paulo Souto sugere que o Ministério Público aprofunde as investigações para detectar se Antonio Almério subornou o avaliador do imóvel e repartiu com os demais envolvidos no suposto superfaturamento o valor pago a mais pelo tribunal. O avaliador Antonio Moacir Dantas

Cavalcanti Júnior, que também é corretor de imóveis, em cuja conta foi encontrado um depósito de R\$ 50 mil, poderá ser responsabilizado criminalmente por falsa perícia. A CPI também pede sua responsabilização criminal por falso testemunho, por ele ter negado, em depoimento prestado à comissão, que recebeu os R\$ 50 mil.

Nomeações de parentes de juízes podem ser revistas

Uma das sugestões apresentadas no relatório aprovado ontem pela CPI do Judiciário, sobre a investigação das irregularidades cometidas no Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, é que o Ministério Público solicite providências no sentido de desconstituir as nomeações dos parentes dos juízes para cargos no tribunal. A comissão encontrou 194 nomes de parentes dos juízes empregados no TRT.

— É possível que, neste levantamento realizado pela CPI, possa haver algum engano, mas no geral a situação de nepotismo no TRT da Paraíba é calamitosa — comentou o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Paulo Souto.

Outra sugestão que aparece no relatório é que seja instaurado um procedimento criminal contra o juiz do TRT-PB Aluizio Rodrigues, por falso testemunho à CPI. Paulo Sou-

to informou que, em seu depoimento à comissão, o magistrado, ao querer demonstrar sua honestidade, garantiu que teria custeado suas despesas médicas quando necessitou de tratamento de saúde. A CPI reuniu documentos comprovando que as faturas foram pagas pelo tribunal, inclusive alguns pagamentos autorizados pelo próprio juiz.

O relatório da CPI também pede

ao Ministério Público uma investigação mais apurada sobre o juiz Ruy Elói, atual presidente do TRT. Ele teria determinado a aquisição de equipamentos de informática sem licitação pela comissão de concursos do tribunal, junto a empresas de propriedade de seus filhos ou das quais eles eram sócios. O relator Paulo Souto quer que seja averiguado se o magistrado feriu a lei de licitação.

Mestrinho anuncia nomes de relatores setoriais do Orçamento e do PPA

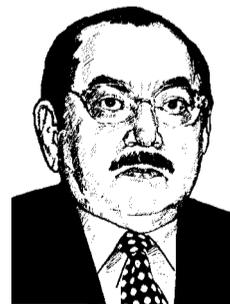
O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anunciou ontem os nomes dos relatores setoriais do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2000 e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o quadriênio 2000/2003. As matérias incluídas na pauta da reunião ordinária não puderam ser apreciadas por falta de *quorum*.

Para o projeto de orçamento do próximo ano, foram nomeados relatores setoriais, por indicação

dos líderes dos partidos na comissão: o deputado Wilson Braga (PFL-PB), para a área de Poderes do Estado e Representação; o senador Romero Jucá (PSDB-RR), para a Justiça e Defesa; o deputado Freire Júnior (PMDB-TO), para a Fazenda e Desenvolvimento; o deputado Cleonânio Fonseca (PPB-SE), para a Agricultura e Política Fundiária; o deputado José Prianti (PMDB-PA), para a Infra-Estrutura; o deputado João Fassarella (PT-MG), para a Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; o deputado Pedro Henry (PSDB-

MT), para a Saúde; o senador Wellington Roberto (PMDB-PB), para a Previdência e Assistência Social; o deputado José Lourenço (PFL-BA), para a Integração Nacional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo; e o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), para o Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Também por indicação dos líderes foram nomeados para auxiliar na relatoria do PPA os senadores Luiz Estevão (PMDB-DF), Moreira Mendes (PFL-RO) e Lúcio Alcânta-



Gilberto Mestrinho

ra (PSDB-CE). Foram nomeados ainda os deputados Pedro Chaves (PMDB-GO), Silas Brasileiro (PMDB-MG), Newton Lima (PFL-SP), Paulo Braga (PMDB-BA), Basílio Villani (PSDB-CE) ou João Leão (PSDB-BA), Virgílio Guimarães (PT-MG) e Roberto Balestra (PPB-GO). Só hoje, em reunião marcada para as 11 horas, os líderes dos partidos e o relator-geral do PPA, deputado Carlos Melles (PFL-MG), irão definir o setor que caberá a cada sub-relator.

Bolsas poderão ser deduzidas de contribuição à Previdência

A Comissão de Assuntos Sociais aprecia hoje, a partir das 9h, pauta de 11 itens, que inclui cinco propostas em caráter terminativo. Entre os projetos de caráter terminativo está o do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que restitui às entidades educacionais sem fins lucrativos a possibilidade de deduzir da contribuição à Previdência Social o valor das bolsas de estudo concedidas a alunos carentes. Lei promulgada em dezembro de 1998 aboliu a dedução dos benefícios aos estudantes. Apresentado como forma de incentivar a filantropia, o projeto tem parecer favorável do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

A CAS também deve votar o projeto do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) que obriga o SUS a prestar serviço de cirurgia plástica reconstrutiva para portadores de mutilação cirúrgica e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho. O parecer favorável da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) apresenta substitutivo, que, caso seja aprovado, deve ser submetido a turno suplementar.

O projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que determina que os medicamentos distribuídos pelo governo deverão conter a expressão "distribuição gratuita" em seus rótulos e embalagens, também tem parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) em forma de substitutivo. Para o autor, a proposta busca evitar que os medicamentos sejam vendidos ilegalmente.

Os senadores da comissão devem apreciar ainda dois pareceres a projetos de lei da Câmara alterando normas trabalhistas e três avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca de decisões daquele tribunal.



Luiz Estevão apresentou projeto que se destina a estimular a filantropia

CCJ e CAS votam novo cálculo para aposentadoria

Projeto de lei enviado pelo Executivo será apreciado pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais. Os relatores são favoráveis à proposta, na qual a oposição enxerga aspectos inconstitucionais

As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) vo-



tam hoje o projeto de lei que altera o cálculo dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os relatores na CAS, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP), já apresentaram relatórios favoráveis à proposta, que foi aprovada pelos deputados federais.

O projeto, que institui o chamado "fator previdenciário", tramita no Congresso Nacional em regime de urgência constitucional e, como já foi objeto de pedidos de vista nas duas comissões, deve ter os pareceres votados e enviados imediatamente ao plenário. Caso qualquer uma das comissões não se manifeste na manhã de hoje, o parecer será votado em plenário.

Na reunião da CAS, às 9 horas, os senadores poderão optar entre o parecer de Althoff e o voto em separado apresentado pela senadora Heloísa Helena (PT-AL), contrário ao projeto. Para o relator, a proposta, defendida ontem na comissão pelo ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, é necessária para reduzir o déficit no setor. Já Heloísa acredita que o fator previdenciário representa a redução no valor dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas do INSS.

Na CCJ, o parecer de Tuma será analisado a partir das 10 horas. O relator pede a aprovação integral do projeto da Câmara, rejeitando emenda apresentada pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Para Tuma, o fator previdenciário "é justo, pois aqueles que contribuem por mais tempo e com mais idade terão aposentadoria maior".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) deve apresentar voto em separado pedindo a rejeição do projeto na CCJ. Foi ele quem solicitou a análise da matéria pela comissão, por acreditar que há inconstitucionalidades na proposta.

Geraldo Althoff: nova forma de cálculo ajuda a eliminar o déficit da Previdência Social



Romeu Tuma: melhor aposentadoria para quem contribui mais e por maior tempo

Segundo ministro, mudança irá corrigir injustiças

A mudança da fórmula de cálculo das aposentadorias pagas pelo INSS "irá corrigir injustiças" e evitará que o déficit da Previdência, que deve ficar em R\$ 9,3 bilhões neste ano, chegue à "cifra insustentável" de R\$ 34 bilhões daqui a dez anos, afirmou ontem, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas.

— Atualmente, quem tem dinheiro aumenta o valor das contribuições previdenciárias nos 36 meses que antecedem a aposentadoria e, com isso, vai para casa com um valor muito maior. Já os pobres não têm essa chance, e o projeto vai corrigir essa injustiça, ao prever a aposentadoria com base em 80% das melhores contribuições — acrescentou.

Ornelas sustentou que o "fator previdenciário", incluído na nova fórmula de cálculo e no qual entram a idade e a expectativa de vida do aposenta-



Citando o déficit previdenciário crescente, Waldeck Ornelas afirma: "Nossa geração não pode comprometer a Previdência dos nossos filhos"

do, só afetará 11,5% das pessoas que pedem aposentadoria. Para ele, a nova fórmula leva as pessoas a adiarem os pedidos de aposentadoria para que façam jus a um bônus que eleva o valor do benefício.

Durante quatro horas, o ministro foi questionado pelos senadores. Na opinião dele, um dos maiores méritos

do projeto é permitir a adesão de 37 milhões de trabalhadores do mercado informal que hoje nada contribuem. Para isso, a proposta acaba com a tabela com várias classes de contribuição, a qual exigia que o trabalhador permanecesse até cinco anos em cada faixa. "Agora, o trabalhador decide como será seu plano. Pode entrar no

sistema por cima para obter maior aposentadoria", disse.

O ministro afirmou que o projeto contém outras mudanças importantes "pouco mencionadas", inclusive dobrando as multas aplicadas aos sonegadores da Previdência. Outra alteração que destacou é a extensão da cobertura do salário-maternidade a todas as mulheres seguradas.

— Não dá para adiar as mudanças na Previdência. Nossa geração não pode comprometer a Previdência dos nossos filhos. Há 60 anos, a expectativa de vida do brasileiro era de 42 anos e ele tinha de trabalhar até 35 para se aposentar. Agora, a expectativa de vida pulou para quase 70 anos e não há sistema previdenciário que suporte isso. Acho que daqui a uns dois anos teremos de rediscutir no Congresso a idade mínima para aposentadorias no INSS — observou.

Parlamentares temem as consequências da elevação das multas

Durante o debate com o ministro Waldeck Ornelas, os senadores manifestaram preocupação com a duplicação das multas que o INSS poderá aplicar a quem não recolhe contribuições, as quais poderão chegar a 120% do valor do recolhimento. "Temo que muitas empresas ou prefeituras não tenham condições de arcar com os pagamentos. O tiro pode sair pela culatra", afirmou Juvêncio Fonseca (PFL-MS).

Emilia Fernandes (PDT-RS) sustentou que o cálculo do "fator previdenciário" "é uma fórmula tão complicada que nem o relator do projeto na Câmara soube explicar como se faz". O ministro ponderou que o cálculo

terá de ser feito em computador e os postos do INSS estarão aptos a fazer as contas para os segurados.

Jader Barbalho (PMDB-PA) perguntou ao ministro quantos funcionários públicos do governo federal recebem hoje mais que o presidente do STF, o que é ilegal. "No Executivo, são 3.672 pessoas, mas só recebe acima do teto quem entrou na Justiça e obteve liminar", informou Waldeck Ornelas. Jader pediu apoio para uma emenda ao projeto de responsabilidade fiscal que prevê punição aos administradores públicos que autorizarem o pagamento de salários acima do



Ornelas foi questionado sobre o fato de o projeto instituir na prática uma nova idade mínima para a aposentadoria

teto constitucional.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) perguntou se a fórmula do "fator previdenciário" não introduz a idade mínima para as aposentadorias do INSS. O ministro, que não concorda que a idade mínima esteja "de forma disfarçada" na fórmula, observou que o Congresso já aprovou idade mínima para aposentadoria dos servidores públicos e terá

de rediscutir o assunto para trabalhadores da iniciativa privada.

A deputada Jandira Feghali, que pediu para questionar o ministro, contestou Waldeck Ornelas e sustentou que a fórmula do "fator previdenciário" trará prejuízos aos segurados e denunciou que o governo está tirando neste ano R\$ 26 bilhões da seguridade social, retidos pelo Fundo de Estabilização Fiscal.

CAE acata simplificação de empréstimos a municípios

Proposta por Casildo Maldaner e Paulo Souto e incorporada pelo relator Osmar Dias, a mudança também beneficia estados e o Distrito Federal, evitando atraso no encaminhamento dos pedidos de contratação de crédito

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável ao projeto de resolução que simplifica a burocracia para a tomada de empréstimos por parte de estados, municípios e Distrito Federal. O projeto, que teve como relator o senador Osmar Dias (PSDB-PR), altera um dispositivo da Resolução nº 78, de 1998, que estabelece regras para a tomada de empréstimos desses entes da Federação.

De acordo com Osmar Dias, o projeto "visa sanar dificuldades burocráticas que alguns municípios vêm enfrentando junto ao Banco Central", pelo fato de os tribunais de contas responsáveis pela emissão de uma certidão, exigida pela resolução para atestar as contas em dia de quem solicita

operações de crédito, não dispõem de tempo hábil para a sua emissão. Daí o atraso na emissão dessa certidão pelos tribunais e a dificuldade dos municípios para a tomada de empréstimos junto ao BC.

O projeto estabelece que, enquanto não for emitida a certidão, o processo seja encaminhado ao BC com o demonstrativo da execução orçamentária do exercício anterior do tomador do empréstimo.

Os autores da proposta foram os senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). O relator optou por acatar o texto do projeto de Maldaner e a sugestão de Paulo Souto em forma de uma emenda, já que se tratava do mesmo assunto. A matéria ainda precisa ser votada pelo plenário.

Alcântara vai relatar pedidos de crédito do governo paulista

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) é o novo relator das duas mensagens do Executivo com pedidos de autorização de empréstimos para São Paulo, nos valores de US\$ 45 milhões e US\$ 55 milhões, junto ao Banco Mundial. O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que quer colocar logo as matérias na pauta da comissão, assim que o relator der os pareceres. A próxima reunião da CAE está marcada para amanhã, às 10 horas, mas se ainda não houver pareceres sobre as matérias elas serão examinadas na reunião da próxima semana.

Na reunião da CAE, ontem, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) pediu que as mensagens sejam finalmente apreciadas, após vários adiamentos. O relator anterior, senador Osmar Dias (PSDB-PR), renunciou ao cargo no dia 26 de outubro, por discordar dos pedidos.

Para Osmar Dias, os pleitos de São Paulo ferem pelo menos três requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 78: o limite máximo de comprometimento de 13% da receita líquida do estado para o dispêndio anual com amortizações, juros e encargos das dívidas com operações de crédito; a relação entre o saldo da dívida e a receita líquida anual; e a exigência de certidão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que comprove a inexistência de operações com limites de endividamento extrapolados.

MUDANÇA NO IR

Na reunião de amanhã, a comissão vai examinar e votar o projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que prorroga a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas até o exercício de 2002. O projeto, com parecer favorável do relator, senador



Lúcio Alcântara será o relator de empréstimos que SP quer contratar com o Banco Mundial

Luiz Estevão (PMDB-DF), foi submetido a pedido de vista, feito por vários senadores, por 24 horas.

Na ocasião, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou o projeto, afirmando que ele mantém a distorção da atual legislação tributária, que optou por garantir a cobrança de impostos sacrificando a classe média, em vez de tributar os mais ricos. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou que apresentará um voto em separado, contra o projeto.

O presidente da CAE concedeu vista de outras matérias que estavam na pauta, como o pedido de empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 300 milhões, e o ofício do Banco Central (BC) encaminhando relatório sobre a emissão de bônus do Tesouro Nacional no mercado internacional, no valor de US\$ 3 bilhões. O pedido de empréstimo junto ao Banco Mundial, de US\$ 202,030 milhões, foi retirado de pauta, para ser analisado na próxima reunião.



A CAE decidiu enviar cinco representantes à Rodada do Milênio, que se realizará nos Estados Unidos no início do próximo ano

Senado estará presente na Rodada do Milênio

Cinco senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) serão escolhidos para representar o Senado na Rodada do Milênio, que reunirá, no início do próximo ano, representantes dos países da Organização Mundial do Comércio (OMC) para estabelecer novas regras para o comércio internacional.

A proposta, do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi aprovada por unanimidade na reunião de ontem. No encontro, que será realizado em Seattle, nos Estados Unidos, serão debatidas quotas e critérios para exportação e importação de produtos como frutas, frango, carnes, grãos, cereais e até patentes.

— A CAE tem obrigação de verificar

a economia nos estados, municípios e na República e também tem que vislumbrar o que acontecerá no próximo milênio na área econômica, na indústria, no comércio e na agricultura — justifica Ney Suassuna.

Para ele, é fundamental o Parlamento participar do evento, e não só o Executivo, que será representado por vários ministros de Estado. A escolha dos senadores, segundo informou, será feita pela representação dos cinco maiores partidos no Senado.

ISENÇÃO DE IPI

A Comissão de Assuntos Econômicos também decidiu ontem enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei do Senado, de caráter terminativo, que

dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículo por microempresa e empresa de pequeno porte. O projeto é do senador Tião Viana (PT-AC) e tem parecer favorável do relator, Luiz Estevão (PMDB-DF).

Durante a discussão da matéria, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Jefferson Péres (PDT-AM), José Alencar (PMDB-MG) e Bello Parga (PFL-MA) pediram que o projeto fosse, primeiro, examinado pela CCJ, devido às dúvidas sobre sua constitucionalidade e se cabe ou não ao Senado deliberar sobre o assunto. Ney Suassuna concordou. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Subcomissão ouve membros de conselhos dos idosos

O ex-presidente do Conselho do Idoso do Rio Grande do Sul Antônio Parissi disse na Subcomissão do Idoso que pesquisa realizada em seu estado constatou que quase a metade da população de terceira idade ganha entre um e dois salários mínimos. Já o presidente do Conselho do Idoso do Estado de São Paulo, padre Alfredo Morlini, lamentou a inexistência de um conselho nacional que unifique as ações e gere um intercâmbio entre os conselhos estaduais e municipais.

— Os conselhos estão isolados, sem um acompanhamento recíproco — lamentou o sacerdote, em audiência pública realizada ontem. A criação do Conselho Nacional foi estabelecida pela Lei 8.842, de 1994, que definiu a política nacional do idoso. No entanto, o órgão até hoje não foi implantado pelo governo federal.

O religioso listou outros problemas enfrentados pelos idosos em seu estado. O grande drama, para ele, é a falta de moradia, parcialmente solucionada com a legislação estadual que reserva 5% dos conjuntos



Antônio Parissi, Alfredo Morlini e Djalma Bessa

habitacionais paulistas para idosos carentes. Outra dificuldade encontrada é a falta de remédio gratuito para o idoso, garantido na lei mas em falta nos postos de saúde.

A pesquisa gaúcha, que contou com a participação de 14 das 15 universidades do estado, constatou também que 70% dos idosos gastam seu tempo livre defronte à televisão. Parissi destacou a importância do serviço voluntário, para que os idosos ocupem melhor o seu tempo.

O presidente da subcomissão, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), quis saber que propostas os centros de idosos poderiam apresentar para que os mais velhos sejam melhor assistidos. Tam-

bém questionou os depoentes sobre a importância do Conselho Nacional e as restrições encontradas pelos idosos no mercado de trabalho. Sem informações disponíveis durante a audiência pública, ambos os convidados prometeram enviar dados por escrito.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) parabenizou os representantes dos conselhos dos idosos pelos depoimentos prestados à subcomissão. Como presidente interino dos trabalhos, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) afirmou, ao encerrar a audiência pública, que a subcomissão já deu "milhares de passos para que seja montada uma legislação adequada e segura para o idoso".

Osmar Dias alerta para conflitos de terra no Paraná

Senador vê uma “bomba prestes a explodir” no estado, aponta omissão do governador Jaime Lerner e afirma que já existe, entre os proprietários rurais, um movimento para reivindicar a intervenção do governo federal

Ademir denuncia falência da política habitacional

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) denunciou ontem a falência da política habitacional no país. “Os contratos de compra e venda da casa própria fomentam dívidas estratosféricas, impagáveis para a grande maioria dos brasileiros. Os rumos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) precisam ser corrigidos com presteza”, enfatizou.

Ademir citou vários casos de mutuários com distorções em seus contratos, entre eles o de uma devedora do SFH que, cansada de ver sua dívida multiplicada — já estava devendo R\$ 140 mil, por um apartamento avaliado em R\$ 70 mil —, deixou de pagar e seu imóvel foi a leilão. “Ela conseguiu arrematar o imóvel por R\$ 35 mil.”

Para Ademir, a causa dessas distorções reside no uso da TR como índice de correção monetária dos saldos devedores. “Pela Lei 4.380/64, a correção dos contratos dos mutuários deve ser a mera atualização do valor nominal, em virtude da inflação. Mas, segundo o Supremo Tribunal Federal, a TR reflete as variações do custo primá-



Ademir aponta uso da TR como causa de distorções do SFH

rio da captação dos depósitos a prazo fixo, não podendo ser usada como índice de variação do poder aquisitivo da moeda.”

O senador pelo Paraná denunciou que “a estipulação da TR nos contratos representa uma cláusula leonina”. Ele explicou ser a TR fixada a partir da

remuneração flutuante, de mercado, de capitais especulativos. “Por conter ganhos de outros investimentos embutidos, a TR representa um índice muito maior do que a remuneração tabelada da caderneta de poupança”, disse.

Para o senador, aí está a causa do desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos do SFH e também a razão “do vivo interesse dos banqueiros de todo o mundo pelo nosso sistema financeiro”. Ele acrescentou que “quem paga o almoço, que não existe gratuito segundo os economistas, são os mutuários”.

Ademir Andrade relatou ter encaminhado o ofício ao presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazzai, anexando cópia das denúncias recebidas em seu gabinete e pedindo esclarecimentos sobre esses fatos.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou ontem para o potencial explosivo do confronto entre proprietários rurais e trabalhadores sem-terra que está se armando no Paraná. “Há uma bomba prestes a explodir no estado, se providências não forem tomadas pelas autoridades para impedir a violência e manter a paz no campo”, advertiu.

Ele acusou de omissão o governador Jaime Lerner. “Não é possível aceitar que o governador diga que invasões de terra no estado ‘não são problema dele e sim do governo federal’. A Constituição é clara ao definir como atribuições estaduais a mediação de conflitos de terra



Osmar Dias lembrou que já existem 162 fazendas invadidas no estado

e a execução compulsória de mandados judiciais de reintegração de posse.”

Segundo Osmar, há 162 fazendas invadidas no estado sem que o governo tome providência no sentido de solucionar a questão. “Desse total, 112 já dispõem de mandados de reintegração de posse em mãos de seus proprietários, sem que o governo providencie o cumprimento das decisões da Justiça.”

O senador pelo Paraná fez questão de reafirmar seu apoio de longa data à reforma agrária e ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). “O problema é que o movimento está promovendo ocupação de terras produtivas, saquean-

do e assaltando fazendas-modelo, em completo desrespeito ao direito de propriedade. A esse tipo de ação irracional, eu não posso dar meu apoio”, afirmou.

Osmar demonstrou preocupação com a violência do conflito que pode ser desencadeado em seu estado. “De um lado, proprietários rurais estão organizando milícias, com apoio de prefeitos, para defender suas terras. De outro, trabalhadores sem-terra, também armados, ameaçam continuar invadindo terras para forçar desapropriações e assentamentos rurais.”

Segundo o senador, já existe entre os proprietários rurais um movimento para reivindicar a intervenção do governo federal no Paraná, como única maneira de impedir a violência generalizada no campo.

Apartes demonstram preocupação

O discurso do senador Osmar Dias alertando para a possibilidade de violência no campo, em razão da invasão de terras produtivas por parte do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), recebeu vários apartes.

Para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), é a ausência de autoridade que está levando a tais excessos num estado ordeiro como o Paraná. “O que há, no nosso estado, é o desgoverno, o desrespeito à lei e à ordem. O governador Jaime Lerner não pode fugir de sua responsabilidade, tentando repassá-la para o governo federal. Ele precisa agir, respeitando as decisões judiciais.”

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lembrou que o problema de conflitos no campo não é somen-

te do Paraná. “Há situações semelhantes em quase todos os estados do país e os governos não estão fazendo nada para coibir abusos.” A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que, “quanto mais reforma agrária, menos conflitos”.

Segundo o senador Arlindo Porto (PTB-MG), é a impunidade que fomenta invasões a terras produtivas. “Ao não cumprir mandados judiciais de reintegração de posse, o governo estadual está incentivando mais invasões e violência.”

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse haver mais de 100 invasões de fazendas em Mato Grosso do Sul. “Brasilguitos, desempregados, indígenas, todos estão invadindo terras e matando gado, e os proprietários não sabem mais o que fa-

zer. Acredito que os sem-terra que eram agricultores já foram assentados. O que vemos agora são desempregados, gente da cidade, que quer ganhar um pedaço de terra para vender e seguir adiante.”

Para o senador Amir Lando (PMDB-RO), “a ousadia do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, aliada à omissão das autoridades que estamos vendo no campo, nos coloca perto da eclosão de um movimento social que pode virar o Brasil de cabeça para baixo”.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou seu apoio ao MST. “Acredito ter sido a lentidão do governo Jaime Lerner nas ações de reforma agrária o fator responsável pelo recrudescimento das invasões de terra no estado”, afirmou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Caratê
7h30 — Especial Unip — Câncer de próstata
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — O senador Francelino Pereira fala sobre a violência no Rio de Janeiro
8h55 — Senado em Pauta
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
11h — Sessão Plenária do Congresso Nacional (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
21h — Jornal do Senado
21h30 — Comissão de Assuntos Sociais (reapresentação)
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
11h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Moreira Mendes solidariza-se com agricultores não atendidos pelo Pronaf

Pouco depois de receber de seu estado a informação de que a agência do Banco do Brasil de Ji-Paraná fora sitiada por mais de dois mil pequenos agricultores que deveriam ser — mas ainda não foram — beneficiados com financiamentos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou ontem em plenário que lamentava o fato e se solidarizava com os pequenos produtores.

Rondônia é um estado essencial-

mente agrícola, com mais de 100 mil pequenas propriedades, lembrou Moreira, observando ser inaceitável o descaso com que o Banco do Brasil trata os pequenos agricultores, para quem os recursos do Pronaf representam “a sua redenção”.

O senador lamentou a informação de que faltam recursos para atender os pequenos agricultores,



Moreira criticou empréstimo à BBTur

por meio da agência de Nova York, à BBTur US\$ 7,5 milhões, o equivalente a R\$ 15 milhões.

Esses recursos seriam suficientes para atender toda a demanda reprimida do Pronaf em Rondônia, de acordo com o parlamentar.

quando o banco e m - pres - t a ,

Mozarildo pede informação sobre a atuação das ONGs

Preocupado com ameaças ao patrimônio genético nacional, senador envia pedidos aos ministros da Justiça e da Saúde

A atuação de organizações não-governamentais, principalmente em áreas indígenas, é o tema de dois requerimentos de informação dirigidos aos ministros da Justiça, José Carlos Dias, e da Saúde, José Serra, pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Ele apelou ontem à Mesa do Senado no sentido de que apresse o encaminhamento da solicitação:

— Para reforçar esse pedido de informações que faço hoje (*ontem*), quero ressaltar notícias que têm repetidamente aparecido na imprensa, como, por exemplo, a



Mozarildo citou diversas notícias sobre aumento no tráfico de animais brasileiros

apreensão pelo Ibama de 90 aranhas que iriam para a Suíça e matéria da revista *Time* afirmando que o tráfico de animais silvestres no Brasil movimenta por ano cerca de US\$ 700 milhões — disse o senador.

Mozarildo Cavalcanti destacou também haver recebido a comunicação de uma denúncia, repetida pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), de que laboratórios dos Estados Unidos coletaram em Rondônia sangue de índios das tribos Suruí e Caritiana para, de maneira ilegal, fazer pesquisas genéticas.

Mestrinho e diretor do Greenpeace falam em debate sobre a Amazônia

O seminário “Amazônia — Patrimônio Ameaçado?” prossegue hoje, às 17h30, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para ouvir o depoimento do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que falará sobre a atuação das organizações não-governamentais na região. Em seguida, os senadores ouvem o diretor-executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. A posição da comunidade internacional a respeito da autonomia do Brasil sobre a Amazônia é o tema da palestra de Kishinami.

Na próxima terça-feira, também às 17h30, o convidado é o ministro da Defesa, Elcio Alvares, que dis-



O senador Gilberto Mestrinho vai falar sobre a atuação de ONGs na região amazônica

correrá sobre temas como internacionalização e defesa da Amazônia, os programas Sivam e

Calha Norte. No mesmo dia, comparece à CRE o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que falará sobre as providências do governo para prevenir e contestar reportagens veiculadas pela mídia internacional que questionam a autoridade nacional sobre a região.

Presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a comissão encerra os trabalhos do seminário — criado por requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) — na quarta-feira da próxima semana, às 17h, com os depoimentos do ministro da Justiça, José Carlos Dias, e do superintendente da Sudam, Maurício Benedito Barreira Vasconcelos.

Senado aprova a renovação de concessões de quatro emissoras

O plenário do Senado aprovou atos renovando concessões a quatro emissoras de rádio do país em sua sessão deliberativa de ontem. Foram renovadas as concessões da Rádio Osório (RS), em onda média; Rádio Pampa Bagé (RS), em FM; Rádio e Televisão Colúmbia, na cidade de Lorena (RS), para atuar em FM; e Rádio Difusora Guararapes (SP), para atuar em OM. Os atos vão agora a promulgação. Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Heloísa Helena (PT-AL) e Geraldo Cândido (PT-RJ)

se abstiveram de votar.

Na Comissão de Educação, foi aprovado parecer favorável da senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) a projeto que outorga concessão à Fundação João Paulo II para implantar um canal de TV na cidade de Cachoeira Paulista (SP), que entrará em operação com fins exclusivamente educativos. Os senadores também aprovaram parecer favorável de Geraldo Althoff (PFL-SC) a projeto que outorga concessão para funcionamento da TV Cidade dos Príncipes, em Joinville (SC).

Foram aprovadas, ainda, na mesma reunião, outros cinco pareceres favoráveis a projetos de decreto legislativo renovando a concessão das rádios Nossa Senhora do Socorro (SP), Difusora de Pirassununga (SP), Alvorada de Cardoso (SP) e Sociedade Rádio Princesa e Fundação Sagrado Coração de Jesus, de União da Vitória (PR). Também foi aprovado parecer favorável à renovação da permissão do Sistema Clube de Comunicação, em Ribeirão Preto (SP).



O vice-presidente boliviano revelou a ACM objetivos de sua visita ao Brasil

ACM e boliviano discutem ampliação de parceria

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o vice-presidente da Bolívia, Jorge Quiroga, que está no Brasil para estreitar as relações bilaterais e especificamente conduzir entendimentos que permitam ampliar a parceria entre os dois países na exploração do gás boliviano.

No encontro, o visitante desta-

coou a importância da economia brasileira para o desenvolvimento de toda a América do Sul e especificamente a grande expectativa da Bolívia com os resultados da exploração conjunta do gás natural. Quiroga informou a Antonio Carlos sobre o aumento das reservas provadas de gás boliviano e do interesse de seu país em fixar um segundo ramal do gasoduto já no ano 2000, para levar o produto até Cuiabá.



Antonio Carlos e Curiel viram semelhanças nos problemas dos dois países

Mercosul e pobreza, temas de encontro com senador uruguaio

As preocupações de parlamentares brasileiros e uruguaios com problemas como a pobreza e o desemprego, além da troca de impressões sobre a importância do Mercosul para o desenvolvimento de seus países membros. Esses foram os temas do encontro mantido ontem entre o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o senador uruguaio da Frente Ampla, Alberto Curiel. Ele está no país para contatos políticos para transmitir informações sobre o pensamento do candidato da coligação às eleições presidenciais daquele país, Tabaré Vasquez.

O senador uruguaio informou que o presidente Antonio Carlos Magalhães manifestou sua preo-

cupação com o desemprego e a pobreza e relatou o esforço que o Congresso brasileiro está fazendo para contribuir com propostas que permitam reduzir esses problemas no país. Curiel apontou a semelhança com os problemas uruguaios e ressaltou o interesse dos integrantes de sua coligação partidária em “consolidar a democracia política com a implantação da democracia econômica e social”.

O segundo turno no Uruguai está marcado para o dia 28 e o candidato da Frente Ampla opositorista, Tabaré Vasquez, disputa a Presidência contra o candidato do Partido Colorado (do governo). No primeiro turno, Vasquez liderou a votação. O deputado Neiva Moreira (PDT-MA) acompanhou o senador.

Suassuna defende transposição do São Francisco

Após lembrar que 1,2 milhão de pessoas dependem de carros-pipa para ter água na Paraíba, o senador sugeriu criação de comissões destinadas a acompanhar a execução das obras e as ações destinadas a reduzir efeitos da seca

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem a transposição das águas do rio São Francisco para acabar com a sede de 12 milhões de brasileiros que vivem na região Nordeste. Suassuna apresentou requerimentos para a criação de duas comissões: uma temporária, destinada a acompanhar junto ao Poder Executivo a execução físico-financeira das obras do projeto de transposição; e outra, para acompanhar *in loco* as ações de políticas públicas destinadas a minorar os efeitos da seca na região

Nordeste.

Mencionando reportagens publicadas em jornais e revistas, o senador explicou que a falta de água não se resume ao sertão, mas já atinge as capitais, provocando o racionamento, inibindo o desenvolvimento industrial e matando crianças em grande quantidade e velocidade. “Na Paraíba, cerca de 1,2 milhão de pessoas (quase 40% da população) depen-



Ney Suassuna afirmou que falta d'água já atinge as capitais

dem de carros-pipa para ter água em suas casas”, revelou.

Suassuna disse que com US\$ 2,3 bilhões emprestados pelo Banco Mundial, com contrapartida do governo brasileiro, o projeto de transposição das águas do São Francisco sairia do papel e lembrou que esses valores já estão reconhecidos e expressos no Plano Plurianual. Segundo o senador, dos

223 municípios paraibanos, 193 estão em estado crítico por conta da seca, e dos 123 sistemas de abastecimento de água, 43 estão em colapso.

– Tenho abordado, desta tribuna, de forma obsessiva e obstinada, a questão da seca, para mim a mais importante bandeira política do povo paraibano. Enquanto esse drama inaceitável não for resolvido, não posso calar a minha voz e a minha indignação – afirmou.

O senador Artur da Távola (sem partido-RJ) perguntou a Suassuna o que falta para que seja iniciada a

obra de transposição das águas. Ney Suassuna afirmou que o que falta é vontade política, pois não há impedimento técnico ou ecológico para o projeto. O senador José Alencar (PMDB-MG) lembrou que o Brasil concentra quase 20% da água doce do planeta e que o rio São Francisco precisa urgentemente de cuidados especiais, como a recomposição das matas ciliares e desassoreamento. Alencar defendeu o início de estudos que demonstrem a viabilidade do projeto e que as informações sejam levadas ao governo.

Amir Lando vê soberania do Brasil ameaçada

Ao afirmar que existe hoje um “apartheid mundial em que povos e países inteiros são varridos da história e maculados em sua geografia”, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que em nenhum momento da história o Brasil esteve com sua soberania tão ameaçada. O senador citou como



Amir Lando condenou Acordo Multilateral de Investimentos

ameaças o Acordo Multilateral de Investimentos, que reúne os 29 países mais desenvolvidos do mundo, e posições de ordem interna assumidas pelo governo federal, que, na opinião de Lando, executa uma política onde o investidor internacional nunca perde.

– O Acordo Multilateral de Investimentos é uma verdadeira constituição da globalização. Todos os

direitos são dos capitalistas internacionais e todos os deveres dos Estados nacionais onde se aplicam os capitais. Pelo texto, qualquer frustração no retorno esperado dos investimentos é coberta pelo país destinatário – criticou

O senador informou que, devido a pressões de organizações não-governamentais, o acordo passou por uma trégua, mas agora a questão se fortaleceu e o debate foi transferido para a Organização Mundial do Comércio. Lando considerou provável que, se o documento for aprovado, mesmo que um país se negue a assiná-lo, será obrigado a se submeter ao texto, sob pena de sofrer discriminação no comércio com os maiores países importadores.

Patrocínio divulga relatório sobre hidrovias

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) colocou à disposição de possíveis interessados o relatório de impacto ambiental e as recomendações para projeto, construção e operação de embarcações na Hidrovia Araguaia/Tocantins, segundo ele submetida a “uma polêmica ecológica” que os referidos documentos não autorizariam. Ele salientou a importância da hidrovias na geração dos empregos necessários à efetiva erradicação da pobreza no país e defendeu a realização das audiências públicas necessárias ao licenciamento ambiental da hidrovias, suspensas por decisão judicial.

O senador disse que muitas informações que circulam na mídia impressa não têm fundamento, segundo o chefe do núcleo de ope-

rações da Administração de Hidrovias do Tocantins e do Araguaia (AHITAR), sociedade de economia mista federal vinculada ao Ministério dos Transportes. O relatório de impacto ambiental, afirmou, é resultado do trabalho de 52 especialistas, sete dos quais antropólogos que chegaram a especificar “medidas mitigadoras e compensatórias”, as quais são aplicadas a empreendimentos viáveis. “Caso condenassem a obra, não haveria motivo para a apresentação dessas medidas, que foram acatadas e deverão ser executadas”, frisou.

Ao resumir os principais pontos



Patrocínio ressaltou importância da hidrovias na criação de empregos

do relatório, Carlos Patrocínio enfatizou que o rio Tocantins não sofrerá intervenções em função da construção da usina hidrelétrica de Serra da Mesa e que as dragagens de instalação e manutenção, assim como os derrocamentos, não provocarão alterações hidrológicas. Quanto aos seres

vivos, acrescentou, as intervenções nos rios Araguaia, Tocantins e das Mortes não poluirão as águas e, portanto, não influirão na taxa de mortalidade indígena. Quanto aos animais em extinção existentes na região, eles “foram relacionados, não se comprovando aumento de riscos a essas espécies”.

Sarney Filho discute projetos com ACM

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ter conversado com o senador sobre a tramitação de projetos do interesse de sua pasta, e também detalhado a proposta de criação da Agência Nacional da Água.

– O senador ficou de me dar sua avaliação a respeito. A agência é extremamente necessária, porque ainda não temos no país nenhuma regulamentação do uso dos recursos hídricos – afirmou o ministro.

Sarney Filho ressaltou também que a água está se tornando um produto escasso e de valor econômico importante em todo o mundo, e que mesmo o Brasil, apesar de contar com grandes rios, apresenta problemas.



Sarney Filho defendeu junto a Antonio Carlos criação de Agência Nacional da Água

– O Brasil já tem um processo acelerado de desertificação. São quase um milhão de quilômetros

quadrados de semi-árido no Nordeste e no norte de Minas – lembrou.



Ramez Tebet conversou com índios kaiwá, da região de Dourados, de Mato Grosso do Sul

Ramez Tebet recebe lideranças indígenas

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) recebeu ontem, em seu gabinete, lideranças indígenas da tribo Kaiwá, da região da Grande Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul.

Os líderes Marcos Veron, da Al-

deia Taquara, e Silvio, da Aldeia Jarará, fizeram um relato ao senador dos problemas relacionados com a questão da terra na região que tem motivado, inclusive, o suicídio de jovens da comunidade.

Bezerra protesta contra reportagem da *Folha*

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) protestou ontem contra reportagem publicada no jornal *Folha de S. Paulo* e reproduzida pelos veículos do grupo Gazeta de Comunicação, de Mato Grosso, em que é citado como um dos parlamentares envolvidos em procedimentos irregulares que estariam sendo praticados no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Tais procedimentos estariam relacionados com o pagamento indevido de precatórios. O senador encaminhou à Procuradoria do Senado um requerimento para que seja iniciado processo judicial contra os envolvidos e para obter direito de resposta aos veículos de comunicação, de acordo com a lei.

Como prova do seu não-envolvimento, Bezerra leu declaração, nota de esclarecimento e carta da advogada Zenilde Antônia

Coutinho, citada na reportagem, em que ela garante nunca ter tido contato com o senador. A advogada diz, ainda, que o senador não teve nenhuma participação em processo de espólio representado por ela e envolvido nas denúncias de pagamentos irregulares de precatórios.

Para Bezerra, por trás da reportagem existe uma campanha nacional contra o PMDB, tentando configurar o partido como fisiológico. "No fundo de tudo há uma questão política. Querem que o PMDB saia do governo e deixe a base de sustentação. Enganam-se aque-

les que acreditam que o PMDB esteja dividido. O PMDB não está dividido e se sair do governo não será um pedaço apenas; sairá inteiro. Aí veremos como ficará a governabilidade com meia dúzia de parlamentares do PSDB", observou.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), em aparte, disse estar preocupado com a maneira como se gasta o dinheiro público. Álvaro discursou antes de Bezerra e afirmou que o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, teria cometido crime de responsabilidade ao não responder no prazo legal de 30 dias ao requerimento de informações que encaminhou há quase dois meses.

Bezerra respondeu dizendo que a preocupação com o dinheiro público não é uma exclusividade de Álvaro

Dias e que lamenta o fato de o ministro não ter respondido ao requerimento de informações. Bezerra disse também que, ao tomar conhecimento das acusações sobre propinas no DNER, entrou em contato com o gabinete do ministro e soube que o ministério já aplicou mais de 50% dos recursos orçamentários da pasta em obras. Para o senador, Eliseu Padilha está liderando uma mudança na área de transportes no Brasil, dando ênfase ao transporte intermodal e deixando um pouco de lado o "rodoviarismo".



Bezerra acha que está sendo orquestrada uma campanha para desmoralizar o PMDB

Dutra pede apuração sobre ameaça de bomba em SE

A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Sergipe (OAB-SE), recebeu três telefonemas, de uma pessoa não identificada, anunciando a existência de uma bomba em sua sede, registrou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Ele manifestou sua irrestrita solidariedade à OAB e cobrou das autoridades estaduais a completa apuração do episódio, que se resumiu às ameaças, pois a bomba de fato não existia, como foi constatado.

Conforme o senador, um dos telefonemas foi atendido pelo próprio presidente da entidade,



Dutra acha que ameaças têm relação com dossiê contra comandante da PM

César Brito, que esteve em Brasília ontem para audiência com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, em que entregará um dossiê com denúncias contra Hélio Silva, comandante da Polícia Militar de Sergipe.

O motivo para a colocação da bomba, alegado nos telefonemas, "era o trabalho da OAB na defesa dos direitos humanos", disse o senador. Numa das ameaças, a pessoa que ligou para a OAB referiu-se também ao dossiê, que já fora entregue pelo presidente da entidade ao governador do estado, Albano Franco.

Álvaro acha que ministros acusados deveriam sair

Para senador paranaense, exemplo da França deve ser seguido para que denúncias de corrupção não coloquem em risco todo o governo

Ao comentar que quando um ministro na França é denunciado por corrupção pede demissão do cargo para não colocar em risco todo o governo, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lamentou que no Brasil esse costume não sirva como exemplo. Ele citou especificamente os ministros do Esporte e do Turismo, Rafael Greca, e dos Transportes, Eliseu Padilha, que "estão sob suspeita e permanecem impunes nos seus cargos sem nenhuma explicação".

Álvaro Dias lembrou que depois das denúncias da imprensa do envolvimento de Rafael Greca em irregularidades na liberação de funcionamento de casas de bingo, agora é Eliseu Padilha quem está ocupando o noticiário, devido a um suposto envolvimento na cobrança de propina para a liberação de precatórios pelo DNER.

Segundo denúncia da imprensa citada pelo senador, estariam sendo cobrados em torno de 25% do valor principal da ação judicial para o pagamento de precatórios. O senador pelo Paraná também lembrou à Mesa do Senado que no dia 21 de setembro passado apresentou requerimento solicitando informações ao ministro Padilha sobre superfaturamento da licitação da BR-476, conhecida como Estrada da Ribeira:

— A empresa colocada em oitavo lugar foi a vencedora, apesar



Álvaro Dias disse que até hoje não recebeu resposta para suas perguntas ao ministro Eliseu Padilha

de sete outras apresentarem valor menor para executar a mesma obra. O requerimento foi encaminhado pela Mesa do Senado no dia 30 de setembro.

Como já se passou um mês e o ministro não respondeu, reivindicamos à Mesa que sejam tomadas providências, já que o ministro demonstra descaso e comete crime de responsabilidade ao não responder no prazo máximo determinado — afirmou Álvaro Dias.

No seu pronunciamento realizado ontem, Álvaro Dias também apresentou projeto de sua autoria propondo a ampliação, de dois para oito anos, do prazo da ação rescisória quando referir-se a pre-

catório judiciário. Ele argumentou que sua proposta permite que o governador eleito, discordando das ações na Justiça conduzidas pelo seu antecessor, impeça que o erário seja "dilapidado com o pagamento de precatórios deferidos de forma inconsistente".

Álvaro Dias também solicitou ao presidente que revogue o decreto que permite a realização de acordos judiciais para o pagamento de precatórios, pois entende que o estado tem que demandar até a última instância e só depois cumprir o que for decidido pela Justiça.

Em aparte, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o Senado tem obrigação de tomar pro-

Rafael Greca fala sobre denúncias no dia 17

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou para o próximo dia 17, às 10h, o depoimento do ministro do Esporte e do Turismo, Rafael Greca, no plenário da Casa, para esclarecer as denúncias da imprensa sobre irregularidades no ministério e fraudes na concessão de licença para operação de bingos.

vidências sobre as denúncias envolvendo o ministro dos Transportes. Ele testemunhou que Rondônia tem várias emendas de bancada e até agora nenhum recurso foi liberado. "Será que não foi por que não nos socorremos desse milagre de pagar o necessário para que o dinheiro pudesse ser liberado?", perguntou o senador por Rondônia.

Amorim diz que empréstimo com a União prejudica Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse estar enviando ao governador de Rondônia, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Assembléia Legislativa daquele estado informações que permitam a correção de "graves distorções" encontradas pelo senador em contrato de operação de crédito firmado entre Rondônia e a União. Na sua opinião, o contrato permite à União sacar "indevidamente", por mês, cerca de R\$ 4 milhões dos cofres do estado. Amorim defende que tanto o governo estadual quan-

to o Senado atuem, de acordo com suas competências, para corrigir a distorção.

Entre outras informações, o senador está encaminhando às autoridades rondonienses notas técnicas sobre o contrato de abertura de crédito para o estado, autorizado pelo Senado. Segundo Amorim, foi acertada uma modificação de prazo e valor de amortização do empréstimo sem deliberação do Senado. O senador afirmou que há uma resolução que determina a necessidade de autorização do Senado para tal operação, "o que não aconteceu".



Amorim enviou documento mostrando as "distorções" encontradas por ele no contrato

Projeto de Arruda proíbe venda de armas

Proposta do senador também prevê que atuais proprietários de armamentos legalizados terão 360 dias, a partir da promulgação da lei, para entregá-las aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas

Tebet e Viana debatem o crime organizado na TV

A ameaça que o crime organizado pode trazer para a democracia é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 21h30. Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e Tião Viana (PT-AC) são os convidados do programa.



Ramez Tebet

tro dos poderes da República, o senador salienta que é necessário encurralar o crime e que as CPIs que vêm atuando no Congresso têm dado sua contribuição neste sentido.

Para Tebet, o crime organizado pode trazer um sério risco à estabilidade democrática. Ele afirma que a violência, ao lado da impunidade, ameaça não apenas as instituições, como a própria família brasileira. Afirmando que o crime organizado atua até mesmo den-

O senador Tião Viana também é da opinião que a ação do crime organizado é uma ameaça à democracia. Ele lembra que 25% do dinheiro que circula em todo o mundo tem origem no narcotráfico, destacando que esse é um problema internacional que precisa ser enfrentado globalmente já que atinge vários países.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), comunicou ontem ao plenário que apresentou projeto de lei proibindo a venda de armas e munições em todo o território nacional. Só estão excluídos da proibição as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública e as empresas de segurança privada.

O projeto determina que as pessoas que possuem armas regularizadas devem entregá-las às unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou da Polícia Civil no prazo de 360 dias após a publicação da lei. A União indenizará tais proprietários. Já para os detentores de armas não regulares, a matéria prevê a isenção das penas previstas em lei, caso sejam entregues voluntariamente.

As empresas que transportarem ou venderem armas sem autorização poderão pagar mul-



Arruda: detentores de armas não regulares poderão ser isentos das penas previstas em lei

tas que variam de R\$ 50 mil a R\$ 200 mil. A matéria prevê, ainda, que o Executivo avaliará anualmente os resultados obtidos com a aplicação da lei e submeterá suas conclusões ao Congresso Nacional.

A proposta é idêntica ao projeto de lei enviado ao Congresso

pelo governo e que está tramitando em regime de urgência na Câmara. De acordo com o senador, a idéia é que os dois projetos possam ser apreciados simultaneamente, economizando tempo — o que é permitido pelas normas regimentais do Congresso. Para que isso ocorra, entretanto, o Senado também terá de adotar o regime de urgência, segundo Arruda:

— A sociedade está pedindo rapidez no exame desse assunto e apelo aos senadores para que compreendam a importância que esse tema ganhou nos últimos dias — disse o senador.

A apresentação do projeto demonstra, conforme Arruda, o quanto o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu governo estão empenhados numa saída para o problema da violência que tem trazido medo à sociedade brasileira.

A possibilidade de declaração de Diamantina como Patrimônio da Humanidade pela Unesco é o tema do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 8h30 e às 20h30. O entrevistado do programa é o senador

Francelino Pereira (PFL-MG), que destaca as belezas naturais e arquitetônicas da cidade, uma referência histórica do Brasil por ser o berço de JK e Chica da Silva, e também conhecida por suas serestas.

Decisão sobre teto é assunto para os chefes dos três poderes, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a decisão sobre o aumento do teto do funcionalismo público só pode ser tomada em conjunto pelos poderes da República, não sendo possível ao Judiciário deliberar em separado:

— Para se tomar qualquer decisão, os chefes dos três poderes têm que ser convocados a tratar da matéria. Agora, quem legisla é o Legislativo. Independência financeira do Judiciário, com dinheiro arrecadado do povo

brasileiro, não pode existir — afirmou.

Antonio Carlos reiterou sua posição contrária à concessão de aumento a quem ganha mais, enquanto o salário mínimo permanece inalterado. Ele assinalou o apoio que vem recebendo dos senadores, embora esses também fossem beneficiados com a elevação do teto do funcionalismo:

— Se por acaso houver aumento, que seja o menor possível. Não é hora de aumento, sobretudo se não se puder favorecer as camadas mais pobres.

Eduardo cobra do governo agressividade nas exportações

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cobrou do governo federal, e particularmente do Ministério da Agricultura, a implantação de uma política de exportações mais agressiva, que imponha, inclusive, o princípio da reciprocidade aos países que restringem as importações brasileiras, e o estímulo à presença do Brasil em feiras mundiais:

— O Brasil perde cerca de US\$ 6 bilhões por ano em suas exportações agroindustriais devido ao protecionismo agrícola dos países desenvolvidos. A verdade é que barreiras sanitárias e subsídios aos produtores locais impõem restrições a praticamente todos os produtores brasileiros, diminuindo em pelo menos 30% as exportações

nacionais — afirmou.

Eduardo Siqueira Campos acrescentou que o Brasil também perde preciosas divisas por não ter participação efetiva em feiras mundiais, o que, salientou, é fundamental num mercado internacional cada vez mais globalizado. O senador lembrou que em recente feira mundial, em Colônia, na Alemanha, participaram 42 empresas brasileiras, contra 85 da Tailândia, 56 da Argentina e 70 do México:

— É inadmissível que desperdicemos preciosas oportunidades de exportar nossos produtos no exterior, exatamente num momento em que o país tem premente necessidade de ampliar sua pauta de exportações — concluiu.

do CIDADÃO
VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL

A VOZ



Subsecretaria de Projetos Especiais - LIC&M

0800 612211

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal. De qualquer ponto do país, inclusive através de telefones públicos, você pode ligar 0800 612211 e tirar suas dúvidas ou apresentar sugestões, críticas e comentários. O serviço funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Participe!

Não custa nada para você, vale muito para o país.

www.senado.gov.br
e-mail: cidadao@senado.gov.br



CEF gerou mais de um milhão de empregos, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) cumprimentou os empregados da Caixa Econômica Federal (CEF) pelo trabalho que têm desenvolvido para promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade, “intermediando recursos e negócios financeiros de qualquer natureza, atuando, prioritariamente, no fomento ao desenvolvimento urbano e nos segmentos de habitação, saneamento e infra-estrutura e na administração de fundos, programas e serviços de caráter social”.

O senador citou o balanço social da CEF, referente ao período entre 1995 e 1998, segundo o qual, os financiamentos da instituição para habitação atingiram o montante de R\$ 9,53 bilhões, beneficiando 3,55 milhões de pessoas. Nos últimos anos, revelou Alcântara, a CEF liquidou 207 mil contratos, graças ao programa de reciclagem de ativos inoperantes, que incentivou a liquidação antecipada de contratos habitacionais, por meio da concessão de descontos.

Além disso, o senador destacou os programas de saneamento básico e infra-estrutura urbana realizados em 82% dos municípios brasileiros. “Outros programas do setor são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário (Prodesa), voltados para o meio rural. Tais programas beneficiaram 54 mil famílias, com investimentos de R\$ 335 milhões e realizaram 3,4 mil empreendimentos”, enumerou.

Lúcio Alcântara ressaltou também o compromisso da CEF com o trabalhador brasileiro, pois a instituição é responsável pela administração de fundos e programas como o FGTS, o PIS, o seguro-desemprego e, mais recentemente, o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), que financiou, até dezembro de 1998, 12.319 projetos, com investimentos da ordem de R\$ 122,9 milhões. “No último quadriênio, examinado no balanço, a Caixa, por intermédio de seus múltiplos programas de financiamento, contribuiu para a geração de mais de um milhão de empregos”, revelou.

Geraldo Melo propõe tarifa social para água e esgoto

Projeto é semelhante à proposta para a área de energia elétrica já aprovada pelo Senado e encaminhada à Câmara dos Deputados

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) apresentou projeto que cria a tarifa social para consumidores de baixa renda dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e estabelece normas para a privatização de empresas fornecedoras desses serviços nos estados e municípios. A proposta é similar à tarifa social que poderá ser instituída para energia elétrica, face à recente aprovação de proposta, em caráter terminativo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. O projeto, também de autoria do senador pelo Rio Grande do Norte, foi enviado à apreciação da Câmara dos Deputados.

Conforme a iniciativa de Geraldo Melo, a tarifa social será cal-



Melo teme que a privatização de empresas de saneamento leve os pobres a pagarem tarifa maior

culada pelo valor médio da menor tarifa mensal cobrada dos usuários, baseado nos últimos 42 meses anteriores à vigência des-

ta lei. Pela proposta, são considerados de baixa renda os consumidores cujas contas mensais correspondam à tarifa mínima em qualquer mês do período mencionado.

Com relação às privatizações, Geraldo Melo disse que o projeto pretende evitar que se repita o que ocorreu com as distribuidoras de energia elétrica, que, depois de transferidas à iniciativa privada, elevaram em trinta ou mais vezes as tarifas dos consumidores de baixa renda. Eles pagavam, em geral, algo em torno de R\$ 2,00. O problema, de acordo com o senador, “acarretou o corte do fornecimento de energia e enormes transtornos para a população mais humilde”.

Suplicy critica decisão do governador Roriz de acabar com o Bolsa-Escola

A decisão do governo do Distrito Federal de substituir o programa Bolsa-Escola, anunciada no último final de semana pela secretária de Educação, Eurides Brito, foi criticada ontem em plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Ele considerou “gravíssimo retrocesso” o fim do programa — instituído há cinco anos pelo governador Cristovam Buarque —, pelo qual toda família cuja renda não alcance pelo menos meio salário mínimo *per capita* e que tenha crianças, sobretudo na faixa de sete a 14 anos, passa a ter direito de receber uma bolsa-escola no valor de um salário mínimo.

Eduardo Suplicy lembrou que o programa foi iniciado na primeira semana do governo Cristovam Buarque, em janeiro de 1995, experimentalmente na cidade de Paranoá, e ao final da administração petista já beneficiava 25 mil famílias, correspondendo a 50 mil crianças. “O mais estranho é que Roriz, quando candidato, explicitou no seu programa de governo, à página 20, que iria aperfeiçoar o programa Bolsa-Escola e duplicar o número de famílias atendidas”, disse o senador.

Experiências introduzidas no Distrito Federal e em Campinas (SP) foram bem-sucedidas e, a partir daí, centenas de municípios começaram a adotar programas de renda mínima e de bolsa-escola, ressaltou Suplicy. Ao relacionar benefícios proporcionados pelo programa, ele citou artigo do professor Antonio Ibañez no jornal *Correio Braziliense* afirmando

Roriz prometeu na campanha manter o programa, lembrou Suplicy

que, no Distrito Federal, os índices de evasão e de reprovação entre os alunos bolsistas foram de 0,65% e de 7,9%, respectivamente, enquanto que, entre os alunos regulares, a evasão foi de 6,8% e a reprovação de 16,2%.

— A distribuição de cestas básicas pelo governador Roriz em substituição ao programa Bolsa-Escola constitui, na minha opinião, um atraso — disse Suplicy.

Ele recordou que, no início dos anos 90, eleito senador, resolveu apresentar projeto instituindo um programa de garantia de renda mínima para todas as pessoas adultas cujo rendimento não alcançasse determinado patamar. Nos debates realizados então,



economistas e militantes do PT, sobretudo Cristovam Buarque e José Márcio Camargo, ponderaram que seria interessante relacioná-lo às oportunidades de educação.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou-se a favor do programa Bolsa-Escola assim como da distribuição de cestas básicas às famílias carentes, enquanto o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) disse que o governo do Distrito Federal não está extinguindo o programa Bolsa-Escola, mas aperfeiçoando-o, segundo compromisso assumido durante a campanha eleitoral.



A isenção proposta por Pontes só vale para quem mora em locais onde não haja unidades da Receita

Pontes quer isentar pobres de taxa de inscrição no CPF

Projeto do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) isenta pessoas desempregadas ou reconhecidamente pobres do pagamento de qualquer tarifa bancária ou postal quando da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda. A medida alcança apenas os residentes em localidades onde não haja unidades da Receita Federal.

Ao justificar o projeto, Luiz Pontes argumenta que o CPF, atualmente, é condição indispensável para o exercício pleno da cidadania, apesar de não ser obrigatório, pois nenhuma transação comercial ou creditícia pode ser realizada sem que a pessoa esteja regularmente inscrita no CPF.

“O CPF tornou-se o mais requisitado documento civil e comercial de qualquer pessoa, sendo usado como principal elemento de identificação e de comprovação de idoneidade do cidadão, tanto que é utilizado como primeiro instrumento de pesquisa de todos os institutos de proteção ao crédito existentes no país”, diz.

O senador argumenta que embora a quantia cobrada pela inscrição no CPF possa parecer módica (R\$ 5), “é bastante significativa” para grande parte da população pobre do país, sobretudo aquela que vive nas regiões do semi-árido e recebe muitas vezes menos do que o salário mínimo.

Ele acrescenta que a exigência do pagamento da tarifa contraria o mais primordial princípio da arrecadação de receitas públicas, que é a capacidade econômica do contribuinte. “Com efeito, nada se deve cobrar, a título de custas de emissão de documento público, daqueles que não possuem sequer recursos suficientes para a satisfação de suas necessidades prementes”, concluiu.